

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CCR S.A.**

**Entre**

**CCR S.A.**  
*como Emissora,*

*e*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*como Agente Fiduciário*

**15 de dezembro de 2015**

---

*[Handwritten signatures]*

JUCESP

21 12 15

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CCR S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**CCR S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, categoria A, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF"), sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13 – grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CCR S.A. ("Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

1.1. A emissão das Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de dezembro de 2015 ("RCA"), nos termos do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

## **2. DOS REQUISITOS**

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

2.1.1.1. A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.1.2. Arquivamento da Escritura de Emissão**

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações,

JUCESP

21 12 15

devendo a respectiva Escritura de Emissão e seus eventuais adiantamentos, devidamente arquivados na JUCESP, serem enviados tempestivamente pela Emissora ao Agente Fiduciário.

### 2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### 2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 a 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### 2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Oferta será registrada na ANBIMA apenas para fins de envio de informações à base de dados da ANBIMA, de acordo com os procedimentos que vierem a ser definidos pela referida entidade, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo), de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido código.

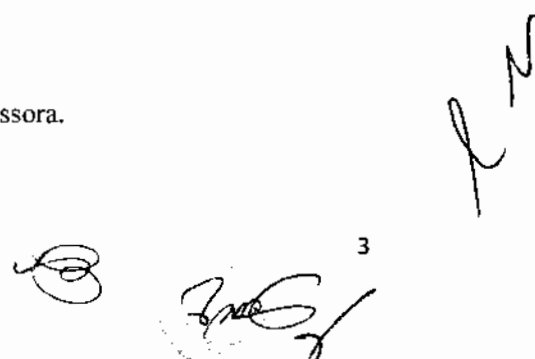
## 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 8ª (oitava) emissão pública de debêntures da Emissora.



DUCE SP  
21 12 15

### 3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

### 3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.4.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador das Debêntures ("Escriturador").

### 3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para o reforço do caixa da Companhia.

### 3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão depositadas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. De acordo com o disposto no artigo 2º da Instrução CVM 476, as ofertas públicas com esforços restritos serão destinadas exclusivamente a investidores profissionais ("Investidores Profissionais"), conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, de 13 de novembro de 2013 ("Instrução CVM 539"). Ademais, as Debêntures poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado por investidores qualificados, conforme constante do artigo 9º-B da Instrução CVM 539 ("Investidores Qualificados"), nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.6.3. Conforme definidos no artigo 9-A da Instrução CVM 539, são Investidores Profissionais: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.6.4. Conforme definidos no artigo 9-B da Instrução CVM 539, são Investidores Qualificados: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos

DUCE SP

21.10.15

financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

### 3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e somente foi registrada perante a ANBIMA para fins de informação da base de dados, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder na aquisição das Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

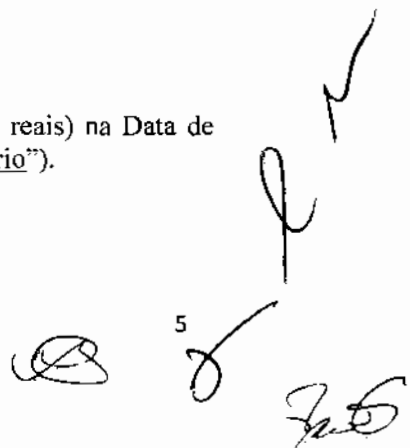
3.7.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura de Emissão.

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").



DUCESP  
21 12 15

**4.1.2. Quantidade de Debêntures**

**4.1.2.1.** Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

**4.1.3. Número de Séries**

**4.1.3.1.** A Emissão será realizada em série única.

**4.1.4. Data de Emissão**

**4.1.4.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2015 ("Data de Emissão").

**4.1.5. Prazo e Data de Vencimento**

**4.1.5.1.** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo, de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo.

**4.1.6. Forma e Emissão de Certificados**

**4.1.6.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

**4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

**4.1.7.1.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

**4.1.8. Conversibilidade e Permutabilidade**

**4.1.8.1.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

**4.1.9. Espécie**

**4.1.9.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

**4.1.10. Garantia**

**4.1.10.1.** As Debêntures não contam com garantias de qualquer natureza.

**4.2. Preço de Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento**

**4.2.1.** As Debêntures serão subscritas no mercado primário pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios de Partida (conforme definido abaixo), calculado *pro rata*

DUCE SP

21 12 15

*temporis* desde a Data de Emissão até a data de cada subscrição e integralização, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Preço de Subscrição").

#### 4.3. Atualização Monetária do Valor Nominal

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 4.4. Remuneração

##### 4.4.1. Juros Remuneratórios

4.4.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 124,10% (cento e vinte e quatro inteiros e dez centésimos por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, *"over extra grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Juros Remuneratórios de Partida"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão (inclusive) ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido).

4.4.1.1.1. Caso, a qualquer tempo, seja verificado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício (31/12) e de encerramento de semestre (30/06) da Emissora, auditadas e publicadas nos prazos legais, que a relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" representa resultado superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 128,10% (cento e vinte e oito inteiros e dez centésimos por cento) da Taxa DI ("Juros Remuneratórios Substitutos" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios de Partida, os "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos a partir da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente (inclusive) à sua verificação e pagos ao final do respectivo Período de Capitalização. Para que não haja dúvidas, caso seja verificado que a relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" representa resultado superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes, os Juros Remuneratórios Substitutos somente serão devidos para a totalidade do Período de Capitalização imediatamente subsequente e em diante, conforme o caso.

4.4.1.1.2. Na hipótese de, a qualquer momento em um Período de Capitalização posterior à ocorrência do previsto na Cláusula 4.4.1.1.1 acima, a relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" represente resultado igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes e até que seja verificada novamente a hipótese prevista na Cláusula 4.4.1.1.1 acima, o montante devido a título de Juros Remuneratórios pela Emissora, para o Período de Capitalização imediatamente subsequente, e dele em diante, retorna aos Juros Remuneratórios de Partida, conforme o caso.

4.4.1.1.3. Para fins das Cláusulas 4.4.1.1, 4.4.1.1.1 e 4.4.1.1.2 acima, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão notificar pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes de cada data de pagamento de Juros Remuneratórios, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador, na forma do Anexo I, declarando (i) o resultado da última verificação da relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado"; e (ii) se haverá manutenção, majoração ou diminuição dos Juros Remuneratórios no Período de Capitalização imediatamente subsequente, em virtude da manutenção, majoração ou diminuição da relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado".

*[Handwritten signatures and initials]*

DUCE SP  
21 12 15

**4.4.1.1.4.** Para os fins das Cláusulas 4.4.1.1, 4.4.1.1.1, 4.4.1.1.2 e 4.4.1.1.3, aplicar-se-ão as definições e periodicidade de verificação de "Dívida Financeira Líquida", "EBITDA Ajustado" e "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" previstas na Cláusula 5.3.1, (q) abaixo.

**4.4.1.2.** Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente nos meses de dezembro e junho, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2016 e o último na Data de Vencimento, ou ainda na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, de uma amortização extraordinária ou de um eventual resgate antecipado.

**4.4.1.3.** Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data do pagamento dos Juros Remuneratórios (data de cálculo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

"n" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 124,10 (cento e vinte e quatro inteiros e dez centésimos), se devidos os Juros Remuneratórios de Partida ou 128,10 (cento e vinte e oito inteiros e dez centésimos), se devidos os Juros Remuneratórios Substitutos, conforme o caso.

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



DUCE SP

21 12 15

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

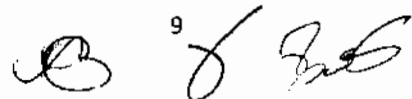
4.4.1.4. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.4.1 acima:

- (i) o fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.4.1.5. Para fins desta Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive) no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios (inclusive) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures (exclusive), correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes ao Período de Capitalização serão devidos nas datas estabelecidas na Cláusula 4.4.1.2 acima.

4.4.1.6. Se na data de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI<sub>k</sub> a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.4.1.7 e seguintes.

4.4.1.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termos definidos abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.4.1.8 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termos definidos abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.



DUCE SP  
21 12 15

4.4.1.8. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre: (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI<sub>k</sub> o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), conforme o caso, de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida nas respectivas Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta dos Juros Remuneratórios nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.4.1.9. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.4.1.10. Para efeitos de fixação de quórum desta Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

#### 4.5. Repactuação Programada

4.5.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

DUCE SP  
21 10 15

#### 4.6. Pagamento do Valor Nominal Unitário

4.6.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir do último pagamento dos Juros Remuneratórios.

#### 4.7. Condições de Pagamento

##### 4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

##### 4.7.2. Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

##### 4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

##### 4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração.

DOESP  
21 12 15

#### 4.8. Publicidade

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal Valor Econômico, sendo certo que, caso ela altere seus jornais de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas ou aditamento a esta Escritura de Emissão.

### 5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

#### 5.2. Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Obrigatório

5.2.1. **Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária.** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério: (i) a amortização extraordinária, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), conforme o caso. Não haverá o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures, nem a amortização extraordinária total das Debêntures.

5.2.2. A Amortização Extraordinária e o Resgate Antecipado Facultativo deverão ocorrer mediante envio de comunicado aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ou publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, a critério da Emissora, em ambos os casos com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso ("Notificação de Amortização Extraordinária" ou "Notificação do Resgate Antecipado Facultativo", conforme o caso).

5.2.3. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

5.2.4. O valor da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ou resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão, ou último pagamento da Remuneração até a data da efetiva amortização ou do efetivo resgate ("Valor da Amortização Extraordinária", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo" e

00059

21 12 15

“Data da Amortização Extraordinária”, “Data do Resgate Antecipado Facultativo”, respectivamente), acrescido de prêmio *flat* incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária ou sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado da seguinte forma (“Prêmio de Amortização Extraordinária” ou “Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo”, conforme o caso):

Período a contar da Data de Emissão	Prêmio
Da Data de Emissão (exclusive) ao 1º mês (exclusive)	0,90%
Do 1º mês (inclusive) ao 6º mês (exclusive)	0,80%
Do 6º mês (inclusive) ao 12º mês (exclusive)	0,70%
Do 12º mês (inclusive) ao 18º mês (exclusive)	0,60%
Do 18º mês (inclusive) ao 24º mês (exclusive)	0,50%
Do 24º mês (inclusive) ao 30º mês (exclusive)	0,40%
Do 30º mês (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,30%

**5.2.5.** A Notificação de Amortização Extraordinária ou a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso, deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas e o Prêmio de Amortização Extraordinária a ser pago, na hipótese de Amortização Extraordinária; (iii) o valor de Resgate Antecipado Facultativo e do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo a serem pagos; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

**5.2.6.** Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, as Debêntures deverão ser canceladas.

**5.2.7.** No caso de Amortização Extraordinária, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que os Juros Remuneratórios possam incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária.

**5.2.8. Resgate Antecipado Obrigatório.** Em caso de Perda ou Término de Contrato(s) de Concessão (conforme abaixo definido) que, de forma individual ou agregada, represente(m) 20% (vinte por cento) do EBITDA Ajustado da Emissora, a Emissora será obrigada a realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório”). Caso não o faça, deverá o Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.3.1 (m) abaixo.

Para os fins deste item, entende-se por “Perda ou Término de Contrato(s) de Concessão”: data do encerramento da respectiva concessão de serviços públicos de que sociedades controladas pela Emissora são titulares, em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou acordo entre as partes no âmbito da referida ação judicial e “EBITDA Ajustado”, para qualquer período, o somatório dos resultados antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos valores atribuíveis e sem duplicidade: (a) da depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito da concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipados, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

**5.2.9.** O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ou publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, a critério da Emissora (“Notificação do Resgate Antecipado Obrigatório”). Tal comunicado deverá, imprescindivelmente, ser realizado em até 2

DUCE SP

21 10 15

(dois) dias úteis contados da data da Perda ou Término de Contrato(s) de Concessão. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após a realização da Notificação do Resgate Antecipado Obrigatório.

**5.2.10.** O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

**5.2.11.** O valor do Resgate Antecipado Obrigatório devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão, ou último pagamento da Remuneração até a data do efetivo resgate ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"), acrescido de prêmio *flat* incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado da seguinte forma ("Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório"):

<b>Período a contar da Data de Emissão</b>	<b>Prêmio</b>
Da Data de Emissão (exclusive) ao 1º mês (exclusive)	0,90%
Do 1º mês (inclusive) ao 6º mês (exclusive)	0,80%
Do 6º mês (inclusive) ao 12º mês (exclusive)	0,70%
Do 12º mês (inclusive) ao 18º mês (exclusive)	0,60%
Do 18º mês (inclusive) ao 24º mês (exclusive)	0,50%
Do 24º mês (inclusive) ao 30º mês (exclusive)	0,40%
Do 30º mês (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,30%

**5.2.12.** A Notificação do Resgate Antecipado Obrigatório deverá conter: (i) a data para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório; (ii) o Valor de Resgate Antecipado Obrigatório e do Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório a serem pagos; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

**5.2.13.** Em caso de Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas pela Emissora.

### **5.3. Vencimento Antecipado**

**5.3.1.** O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de juros até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, por período superior a 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;

JUCESP

21 12 15

- (b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (d) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do não pagamento ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 3 (três) dias úteis), que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, que condene a Emissora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da data fixada para pagamento os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se: (i) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (g) a ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim, restando desde já autorizadas as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores da Emissora ou entre empresas do grupo econômico de cada acionista controlador. Entende-se por "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (i) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou decretação de falência da Emissora;

DUCE SP

21 12 15

- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (l) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de Valor Nominal Unitário e/ou Juros Remuneratórios nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados ao dividendos obrigatórios;
- (m) não realização do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, de acordo com a Cláusula 5.2.8 e seguintes acima;
- (n) redução do capital social da Emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da Emissora) sem que haja prévia anuência da maioria do Debenturistas representando ao menos maioria simples das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim;
- (o) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou decretação de falência de qualquer controlada da Emissora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA Ajustado (conforme definido no item (q) abaixo) anual da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (p) alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora, para terceiros, definindo-se como parte substancial ativo(s) que representem, de forma individual ou consolidada, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA Ajustado (conforme definido no item (q) abaixo) anual da Emissora no exercício imediatamente anterior à data da alienação, exceto se os recursos oriundos da alienação ("Valor de Venda") forem reinvestidos pela Emissora; e
- (q) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" seja superior a 4 (quatro) vezes, exceto se a Emissora optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas Debêntures em Circulação, emitida por uma Instituição Financeira Autorizada (conforme definição abaixo) ("Cartas de Fiança"). As Cartas de Fiança emitidas nos termos desta cláusula deverão vigorar pelo prazo de 1 (um) ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo Agente Fiduciário à Emissora, e revogadas pela Instituição Financeira Autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do referido índice financeiro em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

Fica certo e ajustado que, enquanto o Agente Fiduciário detiver Cartas de Fiança em pleno vigor, a Emissora poderá livremente distribuir dividendos e/ou pagar juros sobre capital próprio nos termos deste item, sem a necessidade da Emissora de contratar e apresentar Cartas de Fiança adicionais. A contratação e apresentação de Cartas de Fiança pela



DUCE SP

21 12 15

Emissora constituem uma faculdade à Emissora para que efetue distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e dos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado esteja superior a 4 (quatro) vezes. Em nenhuma hipótese o não atendimento do limite correspondente a tal índice financeiro ou a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento fará com que a Emissora esteja obrigada a contratar e apresentar carta de fiança de qualquer valor.

Para os fins deste item entende-se por:

“Dívida Financeira Líquida” a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

“EBITDA Ajustado”, para qualquer período, o somatório dos resultados antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos valores atribuíveis e sem duplicidade: (a) da depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito da concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipados, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses;

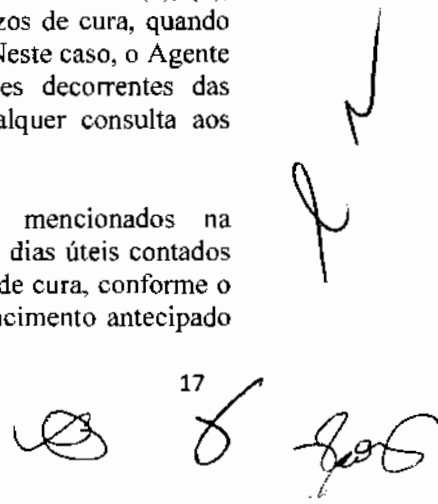
“Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado” a divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Ajustado;

O quociente Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício (31/12) e de encerramento de semestre (30/06) da Emissora auditadas e publicadas nos prazos legais. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão; e

“Instituição Financeira Autorizada” qualquer banco de primeira linha com atuação no Brasil, incluindo, mas não se limitando aos seguintes bancos: Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S/A, Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal..

**5.3.1.1.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (d), (e), (h), (i), (j), (l) e (m) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independente de qualquer consulta aos Debenturistas.

**5.3.1.2.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado



DUCEAP

21 12 15

das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

**5.3.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou do último pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos respectivos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

**5.3.3.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures depositadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

**6.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social:
    - (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
    - (ii) declaração assinada por representante legal com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão; e (iii) memória de cálculo para a verificação dos índices financeiros, conforme previstos nessa Escritura de Emissão;
  - (b) informações sobre a falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades e sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Emissora fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Emissora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão;
  - (c) organograma societário, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de

*[Handwritten signatures and initials]*

DUCE SP

21 12 15

grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e

- (d) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término do semestre findo em 30 de junho de cada ano: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) declaração assinada por representante legal com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão; e (iii), memória de cálculo para a verificação dos índices financeiros, conforme previstos nessa Escritura de Emissão;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;

JUCESP

21 12 15

- (v) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, bem como observar em todos seus aspectos relevantes as disposições contidas na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480");
- (vi) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades;
- (vii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades;
- (viii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ix) convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (x) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação e atuação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, exceto com relação àquelas que fazem referência a uma data específica em que são prestadas; e
- (xvii) elaborar em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil demonstrações financeiras de encerramento de exercício, com o objetivo de (i) representar

DUCE SP  
21 12 18

corretamente sua posição patrimonial e financeira, e (ii) refletir corretamente os seus ativos, passivos e contingências.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário na seguinte emissão: 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Companhia do Metrô da Bahia com vencimento em 13 de outubro de 2019, no volume total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Companhia do Metrô da Bahia.

JUCESP  
21 12 15

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

JUCESP  
21 12 15

- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça e às expensas desta, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

DUCE SP  
21 10 15

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, dos os respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;



JUCESP

21 10 15

- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures e demais Encargos Moratórios devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

**7.5.1.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), qualquer delas ou ambas assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures da respectiva Série em Circulação. Porém, quando a matéria disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 7.5. acima, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

**7.6.** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$12.000,00 (doze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

**7.6.1.** No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à: (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração: (a) de garantias; (b) prazos de pagamento; e (c)

DUCESP

21 12 15

condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

**7.6.2.** No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

**7.6.3.** Os montantes mencionados nas Cláusulas 7.6, 7.6.1 e 7.6.2 acima, serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

**7.6.4.** Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento.

**7.6.5.** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

**7.6.6.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta por período superior a 30 (trinta) dias contados da data em que tal remuneração é devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data.

**7.6.7.** Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

**7.6.8.** A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura de Emissão, como configuradores de vencimento antecipado.

**7.6.9.** A remuneração descrita na Cláusula 7.6 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

**7.6.10.** A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria em garantias, conforme aplicável, e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, devidas na forma da legislação aplicável, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

**7.6.11.** No caso de inadimplemento pela Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas

DUCESP  
21 12 15

incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, devidas na forma da legislação aplicável, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

7.7. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.7.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora

7.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura de Emissão. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas que representem pelo menos 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim.

7.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, desta Escritura de Emissão e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura de Emissão.

DUCESP  
21 12 15

## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto nesta Escritura da Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura de Emissão, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e mais 1 (uma) Debênture.

8.9. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, tal como prevista na Cláusula 5.3.1.2 e a alteração nas cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.10. As alterações de prazos, valor e forma das Debêntures a redução da remuneração, bem como a amortização e/ou resgate de forma diversa da prevista nesta Escritura de Emissão dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* e termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

JUCESP  
21 12 15

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante, neste ato, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, com registro de companhia aberta perante a CVM, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes societários para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da ata de RCA que deliberou sobre a Emissão e da Escritura de Emissão na JUCESP e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) a demonstração financeira da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2014 e as informações trimestrais relativas aos períodos de 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2015 e até a presente data não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social

DUCESP  
31 12 13

ou aumento substancial do endividamento da Emissora, bem como a Emissora não contratou novas dívidas;

- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xi) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, norma, determinação, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xii) nesta data, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental com relação ao qual seja razoavelmente esperado que possa vir a causar impacto substancial e adverso à capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações quanto às Debêntures, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras, nas informações trimestrais e/ou no formulário de referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência da Emissora") disponibilizados pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (xiii) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento até esta data, que possa impactar na sua capacidade de pagamento;
- (xiv) o Formulário de Referência da Emissora foi elaborado de acordo com e cumpre em todos os aspectos relevantes todas as normas pertinentes, conforme Instrução CVM 480;
- (xv) inexistente descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (xvi) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- (xvii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (xviii) cumpre em todos os seus aspectos relevantes o disposto na legislação em vigor pertinente à:
  - (i) Política Nacional do Meio Ambiente, inclusive às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes de suas atividades descritas em seu objeto social;
  - (ii) preservação do meio ambiente e atendimento às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, exceto, nas hipóteses (i) e (ii), nos casos de contestação de boa fé por meio de medidas legalmente admitidas;

B

30



DUCE SP  
21 12 15

- (xix) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (xx) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (xxi) a Emissora e seus administradores e funcionários, no exercício de suas atividades, cumprem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento de tais normas; e (ii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não. A Emissora declara que seus administradores, no exercício de suas atividades, não sofreram condenação civil ou criminal, conforme decisão de autoridade competente transitada em julgado, por atos ilícitos relacionados à Lei nº 12.846.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

**CCR S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04.551-065

At.: Sr. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (11) 3048-5925

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: [diretoria.financeira@grupoccr.com.br](mailto:diretoria.financeira@grupoccr.com.br)

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22.640-100

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br); e [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

- (iii) Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Claudia Vasconcellos



DUCE SP  
21 12 15

Tel: (11) 2797-4204  
Fax: (11) 2797-3140  
e-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(iv) Para o Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
São Paulo, SP  
CEP 04538-132  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 2797-4204  
Fax: (11) 2797-3140  
e-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Superintendência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564  
e-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

**10.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2.** As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**10.1.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Escriturador e ao Agente Fiduciário pela Emissora.

**10.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**10.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





DUCESP  
21 12 15

comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.5.** Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.6.** Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

**10.7.** Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**10.8.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 de dezembro de 2015.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



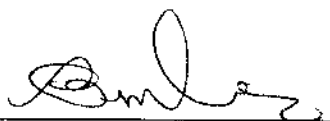


DUCE SP

21 12 15

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CCR S.A.)


CCR S.A.



Nome:

Cargo:

**Antonio Linhares da Cunha**  
Diretor de Desenvolvimento Empresarial



Nome:

Cargo:

**Arthur Plotto Filho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



DUCE SP

21 12 15

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CCR S.A.)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:

Cargo:

Sônia Regina Menezes  
Procuradora

Nome:

Cargo:

Leonardo Ceires P. Moreira  
Procurador




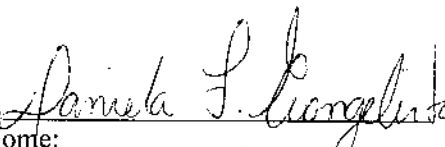
JUCESP



21 12 15

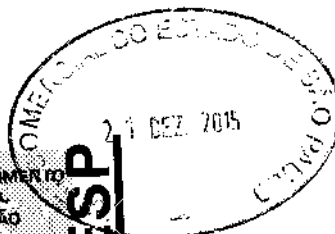
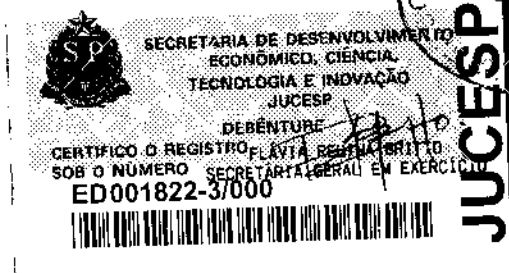
(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CCR S.A.)

TESTEMUNHAS:

1.   
Nome: **Roberta Lopes Veiga**  
RG: **RG: 10.592.211-6**  
CPF: **CPF: 347.918.398-03**

2.   
Nome: **Daniela Flor Evangelista**  
RG: **CPF: 153.157.678-84**  
**RG: 26.391.587-6**



JUCE SP  
21 12 15

ANEXO I

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO**

À

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal  
São Paulo, SP  
CEP 03084-010  
At.: Claudia Vasconcellos

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
São Paulo, SP  
CEP 04538-132  
At.: Claudia Vasconcellos

**Ref.: Oitava Emissão de Debêntures da CCR S.A. - Instrução CVM nº 476**

Prezados Senhores,

Fazemos referência à oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sob o regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão") da **CCR S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, categoria A, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CCR S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 15 de dezembro de 2015, entre a Emissora e o **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13 – grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social.

Para os fins da Cláusula 4.4.1.1.3 da Escritura de Emissão, informamos que apurou-se, com base na última verificação realizada em [31.12/30.06], que o resultado da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora foi [REDACTED] [REDACTED] 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes. Nesse sentido, de acordo com a Cláusula [REDACTED] da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) aplicáveis ao Período de Capitalização (conforme

2

37



DUCE SP  
21 10 15

definido na Escritura de Emissão) subsequente à presente data será de [

] da Taxa DI.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas aqui empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão.

Sendo o que nos cumpria para o momento, colocamo-nos à disposição.

São Paulo, [--] de [--] de [--].

**CCR S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

